



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

SEGURANÇA PÚBLICA

Boletim Informativo

Índice

04	Entrevista: Direito Difuso à Segurança Pública e o Papel do Ministério Público: O Caso do CISP.
11	MP e SSP realizam reunião para traçar estratégias de parceria e reforço do Sistema de Defesa Social
12	Webinário discute lavagem de dinheiro e crime de omissão de recolhimento de tributo
13	Organização com R\$ 75 milhões em dívidas tributárias é alvo da Operação Hidra: O grupo de comércio atacadista de alimentos e pescados utilizava laranjas, simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nomes de terceiros e empresas “noteiras”.
13	Operação Hidra cumpriu oito mandados de prisão na Bahia e Santa Catarina: Organização com R\$ 75 milhões em dívidas tributárias utilizava laranjas, simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nomes de terceiros e empresas ‘noteiras’
14	Aprovados 17 enunciados durante XI Encontro Nacional do Ministério Público no Sistema Prisional
15	CNMP publica resolução sobre a atuação do Ministério Público em audiência de custódia
16	Gincana solidária promove doações ao Presídio Feminino de Salvador
17	Atuação na área da segurança pública será fortalecida com implantação de CISPs Regionais
18	MP participa de colóquio internacional para debater a criação do Observatório Baiano de Prisões
19	Força-tarefa de combate à sonegação fiscal intensifica atuação no Estado

Índice

20	Promotores de Justiça fazem curso de capacitação para investigar crimes de tortura
22	Parceria com setor privado gera novas respostas a desafios no campo penal
23	DEPEN prevê criação de 100 mil vagas no sistema penitenciário brasileiro até 2023
24	DEPEN lança dados do SISDEPEN do primeiro semestre de 2020
25	MJSP lança o 1º Curso sobre o Protocolo Nacional de Investigação e Perícia em Crimes de Femicídio: Capacitação é destinada aos profissionais da área de segurança pública e tem como objetivo aprimorar investigação de crimes contra a mulher
26	Operações conjuntas entre PF e CGU apontam prejuízos de R\$ 1,1 bi
27	SEAP anuncia retorno das visitas sociais nas unidades prisionais
28	Indicações de Leitura: Anuário Brasileiro de Segurança Pública e Cartilha de Segurança Pública - CNMP
29	Anuário Brasileiro de Segurança Pública
30	Comissão do Sistema Prisional lança Cartilha de Segurança Pública em sessão Plenária do CNMP



ENTREVISTA

com

Dr. Gilber Santos

Direito Difuso à Segurança Pública e
o Papel do Ministério Público:
O Caso do CISP.



Dr. Gilber Santos de Oliveira
Promotor de Justiça do MP/BA

Em 27 de outubro de 2020, através do aplicativo Teams, Dr. Gilber Santos de Oliveira, Promotor de Justiça, ex- gerente do Projeto CISP e mestre em Segurança Pública, Justiça e Cidadania pela Universidade Federal da Bahia – UFBA foi o entrevistado desta edição do Boletim e retratou a atuação do Projeto CISP, pautado em sua experiência e dissertação de mestrado: **“Direito Difuso à Segurança Pública e o Papel do Ministério Público: O Caso do CISP”**.

É importante destacar que a entrevista foi realizada a partir de 8 (oito) perguntas eixos e a síntese da mesma está disponibilizada logo abaixo.

Seja bem vindo (a)! Acompanhe a entrevista!

1 – Quais as razões que o levaram a estudar e pesquisar a implantação do Comitê Interinstitucional de Segurança Pública (CISP) na região de Serrinha/BA, entre 2014 e 2017?

Eu já desenvolvia trabalho no CISP desde Irecê, em 2010/2011, quando o Projeto ainda se chamava Fórum de Segurança Pública. Em 2012 fomos para Senhor do Bonfim e instalamos o primeiro CISP Regional da Bahia, onde ficamos 02 anos. Em 2014 fomos para Serrinha e instalamos, junto com a colega Núbia, o Comitê do município e em setembro/outubro fui convidado para ser Gerente do Projeto, já que eu havia implantado o Comitê em 03 cidades onde tinha passado.

O Mestrado surgiu em meados de 2015 e, como se tratava de um mestrado profissional, achei por bem estudar algo concreto. Como eu era executor do Projeto e também gerente, já o conhecia um pouco a fundo, então a ideia foi estudar a prática para tentar ver o que a gente estava fazendo de certo ou de errado, no sentido de analisar a prática à luz da teoria e tentar aperfeiçoá-la. A ideia foi pesquisar um projeto existente e que já estava na nossa visão empírica, leiga, visto que já tínhamos o sentimento de que ele estava sendo positivo, mas queríamos avaliar isso de forma científica e acadêmica, então o mestrado profissional veio bem a calhar nesse ponto. Acho que foi uma ideia interessante estudarmos o CISP.

2 – De acordo com o estudo realizado, como se dá a atuação do Ministério Público no âmbito do CISP?

O CISP é um Projeto do Ministério Público que faz parte da nossa Gestão Estratégica. É um Comitê Interinstitucional que reúne várias entidades. O Ministério Público o capitaneia, pois o Projeto é do MP, mas a sua execução depende da junção de esforços e da reunião de diversas instituições da área de Segurança Pública e Justiça Criminal. Assim, o Ministério Público atua no CISP como primeiro autor do projeto. Em geral, podemos dizer que, na execução de cada Comitê, o mesmo funciona como um articulador que busca a integração das instituições. Procedimentalmente, o Ministério Público também funciona como uma espécie de secretário do Comitê. Dessa forma, as decisões que normalmente a gente busca tomar, pelo menos por maioria, são postas em prática através da estrutura do próprio Ministério Público, mesmo que ele seja voto vencido naquele colegiado.

O Comitê normalmente é composto por 5 segmentos, são eles: Justiça Criminal, que inclui o Ministério Público, Defensoria, OAB – Ordem dos Advogados do Brasil; Segurança Pública propriamente dita, que são as polícias; órgãos municipais responsáveis pela execução de Políticas Públicas; Universidades e Faculdades que existem na cidade ou região (é sempre importante trazermos as Universidades para empreenderem pesquisas e analisarem as práticas existentes); e, por fim, o quinto segmento seria a Sociedade Civil, buscando sempre a instalação dos CONSEGs e estimulando também a participação na discussão dos problemas de Segurança Pública, bem como nos encaminhamentos das soluções.

3 – A sociedade civil tem assento no CISP? Como acontece essa participação?

Sim, a sociedade civil é um dos 5 segmentos que compõem o CISP. Normalmente, o representante típico da sociedade civil no âmbito do CISP são os CONSEGs da cidade, mas nada impede que outros segmentos da sociedade civil participem, a exemplo de associações de bairros, de povoados e outras entidades, tais como a APAE, Rotary, Maçonaria, sindicatos e associações comerciais. Cada localidade tem unidades da sociedade civil com aproximação maior com a temática da segurança pública ou, pelo menos, com a temática da prevenção da violência e, quando falamos em violência, o leque se abre. Enfim, a sociedade civil poderá participar do nosso Comitê de forma variada, vai depender da realidade de cada município, dos entendimentos e de como se dá a articulação do Promotor que desenvolve o Projeto. Mas com certeza é um ator fundamental para o funcionamento do CISP e para a própria elaboração das políticas públicas na área de prevenção da violência e na área da segurança pública.

5 – No seu trabalho foi analisada alguma relação entre a implantação do CISP Sisal Serrinha/BA e a redução da violência local?

Sim. O Projeto de Pesquisa que desenvolvemos escolheu o Comitê de Serrinha por questões metodológicas, após levantar os mais de 20 Comitês que estavam em funcionamento no 2º semestre de 2015. Serrinha foi o que mais pontuou em quantidade de ações desenvolvidas e nós não tínhamos condições de analisar mais de 01 CISP porque o Mestrado Profissional foi feito sem prejuízo do trabalho. A nossa ideia era levantar ações e tentar analisá-las e transportá-las para Serrinha, porque, das 6 ações que vários Comitês desempenhavam, só Serrinha desempenhava as 6. Então, pela maior quantidade de ações desenvolvidas, foi escolhido o Comitê de Serrinha. Analisando as 6 ações, nós gostaríamos de responder, ao final da pesquisa, se de fato o CISP contribuía para articular e integrar as ações do sistema de segurança pública e justiça social, que é a finalidade do Projeto. As ações são: análise e discussão de homicídios; ações relacionadas à violência doméstica, sobretudo ajudar na implantação da “Ronda Maria da Penha” e ações relacionadas a agressores; implantação e reativação de CONSEGs; ajudar o município a trazer a CEAPA e outras iniciativas relacionadas com alternativas penais; videomonitoramento que aconteceu em muitos municípios; e outra ação que só Serrinha desenvolvia: reuniões nas comunidades, relacionadas à cidadania e à participação da sociedade civil. A gente ouvia diretamente o povo sobre os problemas de segurança pública e a partir daí fazíamos os encaminhamentos.

4 – Na sua opinião, como o CISP pode contribuir para a tutela difusa do direito constitucional à segurança pública, notadamente no que se refere à prevenção eficaz da violência?

A finalidade do CISP é justamente contribuir para a tutela difusa do direito constitucional à segurança pública. Basicamente, nesses Comitês são discutidos os problemas concretos de segurança pública daquela comunidade e, de acordo com esses problemas, as instituições, entidades e, às vezes, até pessoas físicas, chegam a fazer parte dos Comitês. Elas discutem projetos, ações e encaminhamentos para o enfrentamento daqueles problemas e isso é traduzido em ações na área de prevenção ou repressão da violência. A segurança pública tem essa questão: repressão e prevenção. Não se pode abrir mão de nenhum deles.

E sempre que se trata de alguma ação de repressão, como algum melhoramento, por exemplo, ou das ações da polícia civil ou militar, a gente sempre busca qualificar essa repressão. Nos estudos sempre se fala que se deve buscar a repressão qualificada e, no caso da prevenção, são diversas ações, diversos projetos sociais que acabam contribuindo.

A prevenção se desdobra em prevenção primária, secundária e terciária. A primária são aquelas ações notadamente relacionadas com políticas públicas universais e se dirigem a todos os cidadãos daquela comunidade. A secundária seriam aquelas direcionadas para grupos mais vulneráveis, notadamente no caso da criminalidade para aqueles grupos com maior probabilidade de serem vítimas de crimes e de violência. Já a prevenção terciária seria aquela intervenção com vistas à prevenção, mas já em cima daqueles indivíduos que foram vitimados ou efetivamente vitimados. Da prevenção terciária seriam foco os realmente vitimados ou aqueles realmente praticantes, ou seja, os autores e as vítimas dos crimes e das diversas espécies de violências.

A prevenção terciária normalmente nos municípios em que há a CEAPA (Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas), busca um trabalho em cima do acompanhamento das medidas alternativas, com pessoas em desacordo com a Lei. Na área de violência doméstica, por exemplo, temos iniciativas como a “Ronda Maria da Penha”, sendo que em Alagoinhas há a Patrulha da Maria da Penha, desempenhada pela Guarda Municipal e que procura dar uma assistência maior às mulheres vítimas. Há ações em curso, projetos de ações reflexivas, como em Alagoinhas e outros municípios, que são ações mais direcionadas para o agressor, acusado de violência doméstica. Enfim, o CISP busca discutir os problemas concretos daquela comunidade e, a partir deles, do diagnóstico que é feito e em muitos casos até com a ajuda de Universidades, Faculdades ou entidades especializadas, desenhar ações, projetos e programas para enfrentar aqueles problemas detectados.

Na análise das 6 ações, a ideia da pesquisa foi verificar se o Comitê, através delas, estava de fato contribuindo para a articulação e integração de diversos atores das instituições públicas, comunitárias e privadas que participavam do Comitê. Nossa conclusão, ao analisar cada uma das ações isoladamente, foi que sim, o Comitê ajudava muito. Foi uma pesquisa qualitativa, pois queríamos saber se havia contribuição para articulação e integração, mas felizmente descobrimos também que houve impacto quantitativo. Verificamos que houve queda de 52% dos homicídios desde o período da implantação. Quando descobrimos dados quantitativos, fizemos um aprofundamento e procuramos reinquirir os diversos atores que tratavam da temática do homicídio de Serrinha, o que, na opinião deles, tinha contribuído para a redução de homicídios no município. Unanimemente, foram colocadas as ações que tinham sido alinhavadas no Comitê. Serrinha dispõe de disque denúncia local. Fizemos ações em cima disso. A aproximação com a comunidade deu muita legitimidade, principalmente para a PM, por ter contato direto com a população, o que criou mais canais de esclarecimento e penetração, mostrando que a polícia estava ali para tentar garantir a segurança das pessoas de forma cidadã, já que alguns lugares viam a polícia apenas como agressores. Aconteceram operações conjuntas na área da infância e poluição sonora, não diretamente ligadas a homicídios, mas que eram fatores de incivildade e poderiam contribuir para a prática deles, a exemplo dos paredões. Havia homicídios por questões de briga e bares funcionando até mais tarde com som alto. Houve atuação preventiva, ações conjuntas com a polícia e com o órgão municipal de trânsito, que fazia blitz nas ruas, coibindo o envolvimento de adolescentes como infratores ou como vítimas. O órgão municipal de meio ambiente às vezes acompanhava as ações. As transações penais eram direcionadas para a compra de alguns equipamentos, tais como o próprio decibelímetro para fazer a medição sonora. Enfim, várias ações que tinham a ver com problemas gerais da cidade (envolvimento de menores com bebida, poluição sonora, trânsito, embriaguez, tráfico, pois a maioria dos homicídios era relacionada com tráfico) ganharam estratégias para tentar neutralizar aquelas pessoas que eram maiores perpetradoras ou executoras de homicídios. Foi um conjunto de ações que contribuiu.

Nós estávamos analisando as 6 ações para descobrir se o CISP Serrinha ajudava a articular e integrar a segurança pública. Vimos que não só estava ajudando na finalidade do Projeto, mas descobrimos o dado quantitativo que não esperávamos naquela magnitude, 52%, valor expressivo. Um ano depois fomos averiguar que fatores contribuíram para aquela queda e verificamos que 100% deles estavam relacionados com as ações discutidas e implementadas, inclusive com recursos financeiros levantados a partir da atuação de diversos órgãos públicos. Foi muito gratificante descobrir isso.

6 – Nesse período já havia intenção de incluir o Plano Municipal de Prevenção da Violência nas ações do CISP?

Nós discutíamos Planos, mas eram mais setORIZADOS, como relacionados a trânsito e patrimônio, uma coisa geral. Em determinado momento surgiu o consenso de diversos atores do Comitê quanto à necessidade de elaborarmos diagnóstico mais preciso para que não ficássemos limitados apenas à estatística que a polícia apresentava, mas agregar a estudo, pesquisa de campo, trazer a universidade para fazer o trabalho de pesquisa, para subsidiar ações mais de médio e longo prazo. Trabalhar a questão mais profunda, mais social, a raiz do problema que escapa da ação da polícia.

No caso de Serrinha, tínhamos muitas ações na base da tentativa, acerto e erro e sentimos necessidade de arrumar, estudá-las criticamente para saber se de fato estavam dando resultado ou era apenas o sentimento de que eram adequadas. A ideia do plano foi de arrumar as diversas ações, práticas, que já ocorriam e enxergar outros problemas que estariam na raiz de outros mais superficiais e traçar ações de curto, médio e longo prazo para diversos atores. No caso do município, puramente preventiva mesmo, ações na área de educação, saúde, serviço social, lazer, esporte, cultura. Enfim, a ideia de fazer diagnóstico seria atuar a partir de estatísticas policiais e daí aprofundar, analisar os bairros com estatísticas mais preocupantes, cruzar com outros tipos de estatísticas sociais. Identificar equipamentos públicos e da sociedade civil que havia naqueles locais e esse diagnóstico seria, no primeiro momento, técnico, com diversos órgãos do município, se possível com suporte de assessoria especializada, universidade. Em um segundo momento isso seria divulgado em audiências públicas e colhidos dados através de reuniões e audiências com a sociedade civil, para que o Plano não fosse só um Plano técnico, mas um Plano técnico e político, no sentido de participação popular e comunitária daquela localidade.

Vários municípios na Bahia estão discutindo sua implantação e isso é exigência da Lei do SUSP, que criou o Sistema Único. Conversamos com o município de Alagoinhas para que implantassem, tentando convencer gestores locais. Na época, não tinha nenhuma lei, mas agora já existe a Lei do SUSP, determinando que, a partir da implantação do Plano Nacional de Segurança Pública, os estados e municípios dispõem do prazo de 1 ano. No mesmo ano que foi publicada a Lei do SUSP, 2018, foi publicado também o Plano Nacional de Segurança Pública e, 01 ano depois, fim de 2019, o prazo venceu e hoje os municípios já têm obrigação de implantar o Plano Municipal e Estadual de Segurança Pública. Vários colegas de diversos CISPs, como Alagoinhas, Serrinha, Feira de Santana, Camaçari, Jacobina, Ilhéus, já vêm discutindo e algumas cidades estão em fase mais avançada de tratativas com o município para formalizar o Plano. No caso de Alagoinhas, onde eu estava até julho, conseguimos avançar e o município contratou a UFBA para prestar consultoria a diversos servidores das secretarias que iriam escrever o Plano. Um mês ou dois após a assinatura do convênio de Cooperação Técnica sobreveio a pandemia e foi suspensa a execução, pois previa trabalho de campo. Atualmente está suspenso o procedimento, mas se encontra em fase bem avançada porque já houve discussão no Comitê sobre a utilidade do Plano, atos da Prefeitura, assim como Decreto do Prefeito constituindo Comitê Executivo que irá elaborar diagnóstico e fazer o planejamento. Já houve Audiência Pública na Câmara de Vereadores de Alagoinhas e eles sugeriram que o Plano posto em prática através de Decreto fosse encaminhado à Câmara de Vereadores como Projeto de Lei porque se tornaria política pública permanente, o que achei bastante interessante e foi o que compartilhamos com diversos colegas do CISP. Vários municípios estão discutindo e cada um em um passo diferente porque existem peculiaridades locais. O Plano foi colocado desde o início do ano como prioridade do CISP, quando eu estava como Gerente, só não pudemos avançar tanto devido à pandemia, mas criamos um GT, fizemos o “passo a passo”, que foi encaminhado para todos os colegas para ajudar na implantação de seus Planos Municipais de Prevenção da Violência ou Segurança Pública. Alguns vão manter foco específico na redução de homicídios e outros mais gerais tratarão de diversos assuntos, problemas locais. Isso cada CISP e cada município irá definir, de acordo com sua realidade local.

7– Pode citar exemplos de ações bem-sucedidas do CISP de Serrinha ou de CISP de outros municípios?

Há uma iniciativa interessante, que ocorreu há um tempo, do CISP Camaçari, executada pelo colega Adalto: o Projeto Paz e Cidadania, que consistia em intervenções dos diversos atores, dos diversos Comitês, nas áreas mais vulneráveis. Poderia servir como embrião para futura elaboração de diagnóstico dos Planos Municipais de Prevenção à Violência, mas ele já tratava diretamente de intervenção, embora antes do diagnóstico acadêmico/científico. Achei muito interessante.

O Projeto Paz e Cidadania vai a locais que têm altos índices de violência, faz diagnóstico técnico do local através de dados dos órgãos que compõem o CISP. Cada órgão faz análise da situação do local que está com índices mais preocupantes e a partir daí desenham ações a serem diretamente desenvolvidas naquele bairro. O MP tem diversos projetos em diversas áreas, tais como família, cidadania, educação, saúde. A partir daí o MP, assim como diversos órgãos, daria atenção maior naquele bairro, alguns prepostos do MP iriam ao local para levar os Projetos e dar foco maior naquele local, assim como as Polícias, a Polícia Militar na parte de prevenção e a Polícia Civil quanto a investigação dos crimes naquele bairro (Nova Vitória – Camaçari). A ideia do colega Adalto (executor do projeto) era que, após 6 meses de intervenção, seria feito outro estudo. Antes da intervenção havia sido feito estudo mostrando indicadores. A ideia de outro estudo pós intervenção seria para ver se de fato a atuação teve algum impacto. Não sei como ficou, pois o colega Adalto teve que sair de Camaçari e não pôde fechar o ciclo, mas sei que Dra. Aline Cotrim chegou a Camaçari com diversas iniciativas. O Projeto me chamou atenção, cheguei a participar de reuniões e ver relatórios e a gente via que surtia efeito.

Posso citar também as ações de apoio à violência doméstica, que todo CISP desempenha, normalmente em apoio à “Ronda Maria da Penha”, desenvolvida pela PM. No caso de Alagoinhas, a PM não desempenhava esta ação. Tivemos sorte de ter a Guarda Municipal bem estruturada e a iniciativa de fazer a “Patrulha Maria da Penha” funcionou muito bem. Há ações também de acompanhamento de agressores, monitoramento relativo à violência doméstica, enfim, uma gama muito grande de ações que foram desenvolvidas.

8 – De que maneira a atuação do CISP pode ampliar as respostas na área de segurança pública para além do âmbito policial?

Basicamente, como dissemos, a gente começa a envolver diversos atores públicos e também da sociedade civil, para além das polícias e do MP. A gente começa a mostrar que segurança pública e prevenção da criminalidade não são ações exclusivamente de polícia e de promotor e juiz criminal e as pessoas começam a enxergar que várias ações, nas diversas áreas (saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer, além da própria ação policial, feita de forma mais profissional), contribuem para a melhoria da segurança pública. De todas as ações que falamos aqui, praticamente todas são ações para além da atuação policial. Talvez só a questão do videomonitoramento esteja muito atrelada com a função de policiamento mesmo, mas a grande maioria das ações dos diversos Comitês normalmente envolvem o esforço de diversas instituições e que não são ações tipicamente de polícia, mas têm impacto muito grande na atuação policial, contribuindo para diminuição da criminalidade e ajudando as polícias a darem respostas, tanto preventivamente, como no caso da Polícia Militar, quanto repressivamente na investigação, como no caso da Polícia Civil.

Então são várias ações que certamente mostram (não só essa pesquisa que fizemos, mas diversas outras no Brasil inteiro) que vários tipos de ações têm grande impacto na segurança pública e segurança pública definitivamente não é um assunto apenas de polícia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Para finalizar, quero dizer que temos tido uma adesão e simpatia muito grande dos diversos Promotores de Justiça da Bahia para com o Projeto e há prova de que esse Projeto baiano deu certo e continuará dando certo agora que Dr. Áviner está à frente, certamente vai trazer ideias novas e Dr. Luís também, dando total apoio através do CEOSP.

O CISP é um Projeto reconhecido nacionalmente, já ganhou prêmios quando ainda era o CISP Central. O CNMP já o premiou anteriormente e recentemente tivemos um artigo de nossa autoria acolhido na Comissão de Segurança Pública que foi publicado. Trata-se de um recorte da dissertação, também sobre a situação de Serrinha e justamente a situação que mostra a redução dos homicídios no município e que fatores concretamente teriam contribuído para essa redução. Esse artigo foi publicado ano passado na revista eletrônica do CNMP. Mês passado tivemos um segundo reconhecimento do CNMP para com o CISP, que foi a inserção do Projeto no rol de boas práticas, apoiadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público. A ideia dos Conselheiros foi de selecionar propostas na área de segurança pública e prevenção da criminalidade no Brasil inteiro, desempenhada por diversos Ministérios Públicos, colocar no rol de boas práticas para que outros Ministérios tomassem conhecimento e implementassem. Então, é um Projeto reconhecido nacionalmente em mais de uma ocasião e isso reforça a sua força e eficácia. Eu vi na prática, nas cidades todas em que participei, a mudança de postura, a mudança de relações entre as instituições e só isso já seria suficiente para mostrar que o Projeto deu certo, já que a finalidade dele é contribuir para a articulação e integração. A finalidade do CISP não é a redução da criminalidade, porque isso depende muito de diversos fatores que não estão diretamente no controle direto do MP, mas, mesmo assim, nós pudemos mostrar, inclusive cientificamente, que isso aconteceu como consequência dessa articulação e integração. É um Projeto que sou suspeito para falar pelo tempo em que desempenhei.

Atualmente estou afastado já que saí da execução em Alagoinhas. Hoje estou no GAECO e não mais executando o CISP, mas continuo com essa convicção de que muita coisa boa pode acontecer e, independente das práticas que nós desempenhamos, ele possibilita uma construção de diversas possibilidades de enfrentamento da criminalidade, para além do que nós já discutimos. Essa mudança de Gerência e também do Centro de Apoio, a chegada de colegas novos, certamente produzirá uma série de ações, de projetos e programas que vão fortalecer e expandir o CISP cada vez mais.

Entrevista concedida por OLIVEIRA, Gilber Santos de. [27/10/2020]. Entrevistadora: SILVA. Sandra Maria Brito. Salvador, 2020. Arquivo via TEAMS. (48min52seg).

[Clique aqui para acessar o Artigo de Dr. Gilber Santos: “DIREITO DIFUSO À SEGURANÇA PÚBLICA E O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO: O CASO DO CISP”.](#)

Notícias do MP

MP/BA e CNMP



MP e SSP realizam reunião para traçar estratégias de parceria e reforço do Sistema de Defesa Social

Redatora: Elane Varjão- MTB 5400/BA



Com o objetivo de avaliar e propor medidas de reforço do Sistema de Defesa Social, a procuradora-geral da Justiça, Norma Angélica Cavalcanti, reuniu-se com o secretário de Segurança Pública, Maurício Barbosa, na quarta-feira, 07 de outubro de 2020. O encontro aconteceu na sede da Secretaria de Segurança Pública (SSP), no Centro Administrativo da Bahia (CAB).

Na ocasião, foram debatidas questões institucionais que envolvem o Ministério Público estadual e a SSP. Acompanhando a PGJ, estiveram presentes membros do MP, entre eles o chefe de gabinete, Pedro Maia, o coordenador do Centro de Operações em Segurança Pública – CEOSP, Luís Vasconcelos, o coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal (Caocrim), André Lavigne, e o coordenador Grupo de Atuação Especial de Combate à Organização Criminosa e Investigações Criminais (Gaeco), João Paulo Schoucair.

“Essa primeira visita tem a finalidade de reafirmar a boa parceria entre duas instituições que precisam combater o crime e fortalecer o sistema de Segurança Pública no Estado da Bahia”, ressaltou a procuradora, Norma Cavalcanti.

Durante a reunião, vários assuntos foram destacados, buscando uma maior integração do trabalho das instituições, que precisam adotar, cada vez mais, medidas rigorosas de combate à violência, à corrupção, à sonegação fiscal e ao crime. Também foram discutidas as formas que os órgãos podem agir conjuntamente, dotados de melhores recursos materiais, humanos e financeiros em defesa da garantia dos direitos fundamentais da população.



O secretário Maurício Barbosa reconheceu o positivo trabalho com o MP, pontuou sobre os dados da criminalidade e destacou as ações de prevenção e combate da violência pela SSP. Os membros e coordenadores dos Centros de Apoio do MP apresentaram questões prioritárias para o encaminhamento de ações que estão sendo viabilizadas entre os dois órgãos.

[Notícia Adaptada. Fonte: MP/BA.](#)

Webinário discute lavagem de dinheiro e crime de omissão de recolhimento de tributo

Redatora: Milena Miranda DRT Ba 2510



Investigação dos crimes de lavagem de dinheiro e não recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) estiveram em debate na manhã da terça-feira, 13 de outubro de 2020, durante o webinário ‘Persecução patrimonial e crime de omissão de recolhimento de tributo’, que aconteceu por meio da plataforma Microsoft Teams. A programação do evento foi aberta com a palestra do promotor de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), Francisco de Assis Machado Cardoso, que falou sobre o tema ‘Medidas patrimoniais na persecução do crime de lavagem de dinheiro’.

“Durante muitos anos a lavagem de dinheiro foi vista como um delito elitizado. Mas precisamos incorporar a ideia de que, na prática, a lavagem de dinheiro se constitui como uma consequência lógica necessária que vai ocorrer sempre que haja uma infração penal antecedente. Ela é utilizada pelas organizações criminosas com o intuito de dar uma aparência de licitude a um proveito financeiro ilícito”, destacou o promotor de Justiça Francisco de Assis Machado. O debate foi mediado pelo promotor de Justiça Hugo Casciano de Sant’Anna, coordenador do [...] (Gaesf).



O promotor de Justiça Luís Alberto Vasconcelos Pereira, coordenador do [...] (Ceosp), esteve na abertura da mesa virtual junto com o promotor de Justiça Tiago Quadros, coordenador do [...] (Ceaf).



A programação contou também com a palestra ‘A lesividade inerente ao não recolhimento contumaz do ICMS declarado’, que foi ministrada pelo procurador do Estado de São Paulo, Thiago Oliveira de Matos, e teve como mediador o promotor de Justiça Alex Santana Neves, titular da Promotoria de Justiça de sonegação fiscal de Barreiras. “A base tributável no ICMS é o consumo, já que todo o ônus do tributo deve recair obrigatoriamente sobre o consumidor”, afirmou. Ele falou ainda sobre o cenário de desigualdade no país, onde a tributação brasileira no consumo impacta diretamente nas camadas economicamente mais vulneráveis da população. “Quem mais paga ICMS no país proporcionalmente são as classes socioeconômicas mais baixas. Por outro lado, são as que mais necessitam dos serviços públicos de educação e saúde”, destacou.

[Notícia Adaptada. Fonte: MP/BA.](#)



Organização com R\$ 75 milhões em dívidas tributárias é alvo da Operação Hidra

O grupo de comércio atacadista de alimentos e pescados utilizava laranjas, simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nomes de terceiros e empresas “noteiras”.

Uma organização criminosa que acumulou R\$ 75 milhões em dívidas tributárias junto ao fisco baiano foi alvo na manhã da quarta-feira, 14 de outubro de 2020, da Operação Hidra, que executa oito mandados de prisão e 19 de busca e apreensão em Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, na Bahia, e ainda em Itajaí, em Santa Catarina. Os mandados foram expedidos pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Salvador.

De acordo com a força-tarefa responsável pela operação, integrada pelo Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) e pelas secretarias estaduais da Fazenda e da Segurança Pública, a organização que atua no comércio atacadista de alimentos e pescados utilizava laranjas, simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nomes de terceiros e empresas “noteiras”, constituídas apenas para emitir notas fiscais frias, entre outras fraudes, para evasão de receita e sonegação fiscal.

[Notícia Adaptada. Continue lendo.](#)

Operação Hidra cumpriu oito mandados de prisão na Bahia e Santa Catarina

Índice



Organização com R\$ 75 milhões em dívidas tributárias utilizava laranjas, simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nomes de terceiros e empresas ‘noteiras’

Foram cumpridos na manhã da quarta-feira, 14 de outubro de 2020, oito mandados de prisão e 19 de busca e apreensão nos municípios de Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, na Bahia, e ainda em Itajaí, em Santa Catarina, durante a deflagração da Operação Hidra, que investiga uma organização com R\$ 75 milhões em dívidas tributárias. De acordo com a força-tarefa responsável pela operação, integrada pelo Ministério Público estadual e pelas secretarias estaduais da Fazenda (Sefaz) e da Segurança Pública (SSP), a organização que atua no comércio atacadista de alimentos e pescados utilizava laranjas, simulações sucessivas nos contratos sociais, compras em nomes de terceiros e empresas “noteiras”, constituídas apenas para emitir notas fiscais frias, para evasão de receita e sonegação fiscal.

[Notícia Adaptada. Continue lendo.](#)

Aprovados 17 enunciados durante XI Encontro Nacional do Ministério Público no Sistema Prisional



Na terça-feira, 10 de novembro, a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do Conselho Nacional do Ministério Público (CSP/CNMP) divulgou os [17 enunciados](#) que compõem a Carta de Conclusão do XI Encontro Nacional do Ministério Público no Sistema Prisional.

O evento, realizado nos dias 5 e 6 de novembro, em Brasília, reuniu 146 membros do Ministério Público brasileiro. No segundo dia, eles se dividiram em quatro grupos de trabalho temáticos com o propósito de discutir e propor enunciados destinados a orientar a atuação ministerial nas matérias abordadas.

Os enunciados, os quais foram aprovados em plenária, estão relacionados à assistência à saúde no sistema prisional; à execução da pena de multa e os desafios na execução penal; à definição de estratégias para fortalecimento do diálogo entre o Ministério Público e a sociedade civil para o sistema prisional; e à população LGBTQIA+ e minorias no sistema prisional.

[Notícia Adaptada. Clique aqui para acessá-la.](#)

[Veja também: Comissão lança banco de boas práticas e revista temática em encontro de membros que atuam no sistema prisional](#)

Enunciados

Entre os enunciados, foi aprovado o fomento à instituição e/ou aprimoramento de um serviço de avaliação e acompanhamento de medidas terapêuticas aplicáveis às pessoas com transtorno mental em conflito com a Lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Além disso, foi definido que o CNMP deve produzir um diagnóstico sobre a efetividade da cobrança da pena de multa, por via extrajudicial e por execução em juízo, com identificação dos valores revertidos em favor dos Fundos Penitenciários, e promover diálogo interinstitucional com o órgão nacional de representatividade dos notários, a fim de aprimorar o fluxo de trabalho do protesto da pena de multa.

Outro enunciado é o fomento à criação e estruturação das ouvidorias do sistema prisional nos Estados como mecanismo de catalisação da participação social no planejamento, elaboração e controle de políticas públicas penitenciárias e ações institucionais no âmbito da execução penal.

Por sua vez, em relação à população LGBTQIA+ e minorias no sistema prisional, concluiu-se que o CNMP deve, por meio da atualização da Resolução nº 56, aprimorar os formulários de inspeção em estabelecimento prisional para inserir informações acerca da raça, identidade de gênero e orientação sexual, a fim de viabilizar o mapeamento tratado no tópico “sessão 5 – perfil dos presos e da população”.

CNMP publica resolução sobre a atuação do Ministério Público em audiência de custódia



O Conselho Nacional do Ministério Público publicou na quinta-feira, 12 de novembro, a [Resolução CNMP nº 221/2020. A norma dispõe sobre a atuação do Ministério Público na audiência de custódia](#) (apresentação de pessoa presa à autoridade judiciária), incorpora as providências de investigação referentes ao Protocolo de Istambul, da Organização das Nações Unidas (ONU), e dá outras providências.

A resolução, publicada no [Diário Eletrônico do CNMP](#), é resultado de proposta apresentada pelo então conselheiro Dermeval Farias e relatada pelo conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Jr.

De acordo com a resolução, a participação do membro do Ministério Público na audiência de custódia é obrigatória e integra o conjunto de atribuições constitucionalmente estabelecidas para a titularidade da ação penal e o controle externo da atividade policial.

Além disso, entre outras questões, o membro do MP com atribuição para a audiência de custódia diligenciará para reunir elementos que subsidiarão sua manifestação sobre a legalidade da prisão e, em especial, sobre a necessidade e a adequação de eventuais medidas cautelares a serem requeridas em relação à pessoa presa.

A resolução estabelece, também, que o membro do Ministério Público adotará providências para assegurar que os agentes de Estado responsáveis pela prisão ou investigação do fato determinante da prisão não estejam presentes na audiência de custódia. [Continue lendo.](#)

Protocolo de Istambul

A Resolução CNMP nº 221/2020 possui um anexo que contém diretrizes para a aplicação do Protocolo de Istambul pelo Ministério Público no ato da audiência de custódia.

O documento tem por objetivo apresentar, aos membros do Ministério Público, diretrizes para coleta de informações e documentação de práticas de maus-tratos ou de tortura, a fim de orientar a oitiva da presumível vítima, durante as audiências de custódia, em coerência com o Protocolo de Istambul, da Organização das Nações Unidas (ONU).

O Protocolo de Istambul, também denominado de “Manual para a Investigação e Documentação Eficazes da Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes”, é documento de referência internacional para a avaliação da situação das pessoas alegadamente vítimas de tortura e maus-tratos, para a investigação dos presumíveis casos de tortura e para a comunicação dos fatos apurados aos órgãos com competência para a investigação.

Processo: 1.00709/2019-96 (proposição).

[Notícia Adaptada. Clique aqui para acessá-la.](#)

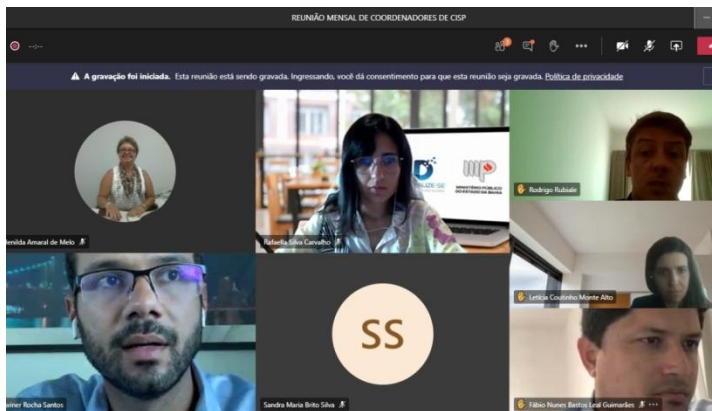
Gincana solidária promove doações ao Presídio Feminino de Salvador

O Presídio Feminino de Salvador e a Central de Monitoração Eletrônica de Pessoas serão instituições beneficiadas pelas doações que poderão ser realizadas pela comunidade acadêmica da Universidade Salvador (Unifacs), no dia 17 de outubro de 2020, durante a “I Gincana Solidária”, promovida pela instituição de ensino como evento da campanha Outubro Rosa 2020. A destinação das doações de alimentos não perecíveis, materiais de higiene e de limpeza decorre de uma parceria já estabelecida entre o Ministério Público estadual, por meio da Unidade de Monitoramento e Execução da Pena (Umep), a Secretaria de Administração Penitenciária (Seap) e a universidade.

A gincana foi realizada, entre às 8h e 17h, no formato de Drive Thru. Os pontos de entregas estão localizados nos campus da Unifacs da Avenida Tancredo Neves, em Salvador, e Getúlio Vargas, em Feira de Santana. O objetivo da competição solidária é ajudar grupos em vulnerabilidade social no contexto da pandemia da Covid-19. O evento também se propõe como “ação mobilizadora de sensibilização para o Outubro Rosa, dedicado a campanha de prevenção ao câncer de mama”.

[Notícia Adaptada. Clique aqui para acessar.](#)

Atuação na área da segurança pública será fortalecida com implantação de CISPs Regionais



Promotores de Justiça que aderiram ao projeto de implantação do Comitê Interinstitucional de Segurança Pública (Cisp) participaram, no dia 29 de outubro de 2020, de reunião virtual com o gerente do programa, promotor de Justiça Áviner Rocha, para entenderem a metodologia e dinâmica de atuação. Durante o encontro, Áviner lembrou da importância do programa, que tem previsão de expansão regional, e destacou que o intuito é implementar um modelo de segurança pública integrada no âmbito das regiões administrativas do Ministério Público do Estado da Bahia, contribuindo com um sistema de justiça criminal e de defesa social mais ágil e efetivo.

Ao abordar a dinâmica de atuação, o gerente do programa falou sobre o primeiro encontro com os demais integrantes do Comitê, frisando que deve ter ampla participação dos órgãos que compõem a segurança pública no Município para que o promotor de Justiça esclareça a todos o propósito do Cisp Regional. “A partir desse momento, podem ser iniciadas as reuniões temáticas, que aprofundam as questões necessárias à realidade de cada região”, explicou ele, sinalizando inclusive que apenas os órgãos que atuam mais diretamente com o problema devem ser convidados para essas reuniões. Áviner aproveitou a oportunidade para compartilhar algumas experiências exitosas em comarcas baianas e compartilhou uma das iniciativas que implementará na comarca em que atua, que será a realização de palestras para integrantes da Polícia Militar sobre a Lei de Abuso de Autoridade e o Adentramento Familiar.

Reunião em Camaçari

Também na tarde do dia 29 de outubro, foi realizada a primeira reunião extraordinária do Cisp de Camaçari. A promotora de Justiça Aline Cotrim conduziu o encontro, que teve ampla participação de integrantes do Sistema de Justiça e Segurança Pública para discutir o tema da ‘Implantação do Depoimento Especial’.

“Foi um momento de sensibilização quanto ao tema, uma reunião bastante exitosa, que contou com a participação da Coordenação da Infância e Juventude do Tribunal da Justiça, que analisará a viabilidade de implementação imediata do depoimento especial em Camaçari”, informou a promotora.

De acordo com Aline Cotrim, a implantação do depoimento na comarca poderá ser feita mediante utilização de equipamentos eletrônicos já empregados nas Varas Criminais, entrevistadores e salas disponíveis. Ao introduzir o tema, ela indicou os marcos legais, apresentou dados da violência no Brasil, diferenciou escuta especializada do depoimento especial, bem como o depoimento tradicional do especial e abordou o fluxo da escuta especializada em Camaçari. Como encaminhamentos, foram deliberadas a avaliação para instituição imediata do depoimento com os recursos já existentes; a contratação de uma consultoria especializada para auxiliar na construção do fluxo de depoimento especial e na capacitação de entrevistadores, pelo Executivo; e o apoio de juízes criminais no levantamento do quantitativo das ações penais tendo como vítimas ou testemunhas crianças ou adolescentes.

[Continue lendo.](#)
[Notícia Adaptada e extraída do Portal Institucional.](#)

MP participa de colóquio internacional para debater a criação do Observatório Baiano de Prisões

Desafios para a implementação do ‘Observatório Baiano de Prisões’ e a experiência do observatório europeu de prisões foram os dois principais temas do III Colóquio Internacional Diálogos Sobre o Cárcere, realizado no dia 5 de novembro, pela Universidade do Salvador (Unifacs), em parceria com o Ministério Público estadual e a organização não governamental ‘Indicadores de Cidadania e Políticas Públicas’, por meio do projeto ‘Academia vai ao Cárcere’. Um dos idealizadores do projeto, o coordenador da Unidade de Monitoramento e Execução da Pena, do Ministério Público estadual (Umep), promotor de Justiça Edmundo Reis, falou sobre a importância da criação de um observatório na Bahia.



Edmundo Reis destacou a imprecisão dos dados disponíveis atualmente para a formação de um diagnóstico preciso sobre a real situação das unidades prisionais do estado da Bahia. “Os dados, mesmo os oficiais, são divergentes, de forma que não conseguimos mensurar o que se passa no sistema prisional de maneira acurada”, salientou o promotor de Justiça. O coordenador da Umep explicou que o problema central está na alimentação dos sistemas existentes. “Existem instrumentos para o registro desses dados, mas, quem está na ponta, no dia a dia do sistema, não registra esses dados por uma questão cultural. É preciso sensibilizar essas pessoas para a coleta e, sobretudo, a alimentação constante do sistema”, afirmou Edmundo Reis, apontando este como sendo o ponto de partida para a criação do Observatório Baiano de Prisões. A implementação de um banco de dados coordenado e monitorado pelo observatório criaria, segundo ele, um espaço de interação entre os poderes, a academia e a sociedade civil. O espaço, além de produzir a compilação de dados, funcionaria como um ambiente de debates e de fiscalização das políticas públicas. “Por meio do observatório, poderemos redimensionar a administração prisional e a política penitenciária no estado, verificando se ela está em sintonia com as políticas nacionais e com as diretrizes dos organismos internacionais que ditam as melhores práticas a serem adotadas nas unidades prisionais”, concluiu o promotor de Justiça.



O professor doutor em sociologia Antônio Dores, pesquisador do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia da Universidade de Lisboa e Membro do Observatório Europeu de Prisões, falou sobre a experiência europeia. [...] [Continue lendo.](#)

A socióloga Thandara Santos falou sobre o funcionamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Membro do conselho de administração do fórum e pesquisadora do Laboratório de Políticas Penais da Universidade de Brasília (UNB), a professora explicou que o fórum funciona como um espaço de colaboração entre a sociedade civil, a academia, os movimentos sociais, os poderes públicos e os operadores da segurança pública. [Notícia Adaptada. Continue lendo.](#)

Força-tarefa de combate à sonegação fiscal intensifica atuação no Estado

Em 2020, a estimativa é que aproximadamente R\$ 514 milhões sejam recuperados por ações do Comitê Interinstitucional (CIRA)

Prisões, realização de oitivas e ajuizamento de medidas cautelares junto ao Poder Judiciário para bloqueio de bens, busca e apreensão, interceptação telefônica e quebra de sigilos bancário e fiscal de investigados por crimes tributários. Essas são algumas das ações que fazem parte da rotina dos integrantes do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira) na busca do ressarcimento ao erário por parte dos sonegadores. O Comitê, que é formado pelo Ministério Público estadual, Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz), Secretaria Estadual de Administração (Saeb), Tribunal de Justiça (TJ), Secretaria de Segurança Pública (SSP) e Procuradoria Geral do Estado (PGE), foi responsável por ações que resultaram na estimativa de recuperação ao fisco estadual de cerca de R\$ 514 milhões, somente em 2020. Deste total, cerca de R\$ 11,7 milhões já foram recuperados aos cofres públicos, entre quitações integrais e parcelamentos de débitos tributários.



“Mesmo com as dificuldades impostas pela pandemia, conseguimos dar prosseguimento às nossas atividades, por meio da adoção de ferramentas tecnológicas que nos permitiram promover oitivas por videoconferência e o intercâmbio de informações entre as instituições integrantes do Cira”, destacou o promotor de Justiça Hugo Casciano de Sant’Anna, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular e os Conexos (Gaesf).

Os integrantes do Comitê se reuniram na quarta-feira, 10 de novembro, para planejar ações da força-tarefa de Combate à Sonegação Fiscal e discutir estratégias para a ampliação de suas atividades no interior do Estado. Um dos projetos para 2021 será a designação de delegados de Polícia para atuação nos Ciras regionais. “O Comitê é fundamental como mecanismo de articulação e união de forças entre as instituições integrantes, otimizando os recursos humanos e materiais de seus integrantes e tornando mais efetiva a busca pela recuperação de ativos”, ressaltou o promotor de Justiça Hugo Sant’Anna. Estiveram presentes no encontro os promotores de Justiça Hugo Sant’Anna e Vanezza Rossi; os delegados de Polícia Marcelo Sansão, diretor do Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) e Fernanda Asfóra, coordenadora da Delegacia de Crimes Econômicos e contra a Administração Pública (Dececap); Nayara Brito, delegada do Núcleo Fiscal da Dececap; e Sheilla Meirelles, inspetora-chefe da Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), da Secretaria Estadual da Fazenda.

[Notícia Adaptada. Continue lendo.](#)

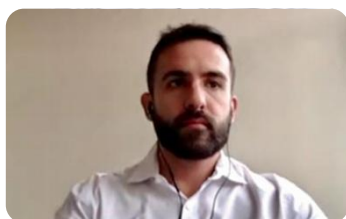
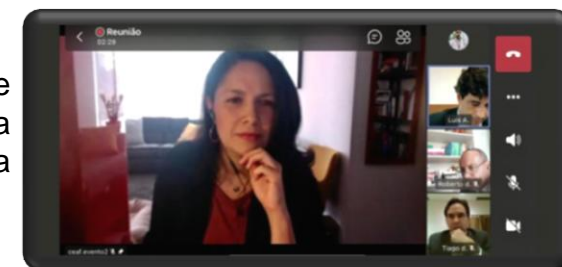
Promotores de Justiça fazem curso de capacitação para investigar crimes de tortura



Mais de 30 promotores de Justiça participaram na tarde do dia 23 de novembro, da primeira sessão do curso de 'Capacitação para investigações em crime de tortura', que abordou o tema 'Tortura: conceito jurídico, implicações e papel do Ministério Público'. O curso foi ministrado pelos membros do Comitê Consultivo internacional para criação de protocolo universal para interrogatórios não-coercitivos, os consultores internacionais Rafael Barreto e Verônica Hinestroza.

Eles trouxeram as definições de tortura, a partir de uma perspectiva multijurídica, previstas nas principais normas internacionais, como a Declaração de Direitos Humanos, onde surge a primeira definição, em 1948, e as Convenções da Organização das Nações Unidas (ONU) e Interamericana, além das nacionais, como a Lei 9.455/1997. Os especialistas abordaram as implicações concretas dos conceitos para o trabalho do MP, as repercussões jurídicas e as metodologias ativas. Os consultores chamaram a atenção para a não coincidência e complementariedade das leis internacionais e nacional.

A colombiana Verônica Hinestroza, que contribuiu para a atualização do protocolo de Istambul, pontuou que a proibição de tortura é uma obrigação negativa do Estado, que em nenhuma circunstância está justificada. Ela destacou a importância para o que chamou de ponto de partida da investigação da tortura, que seria a denúncia do crime por parte da vítima, sem cair na armadilha, comum, de descredibilizá-la, principalmente quando se trata de alguém preso, sob a tutela da autoridade estatal.



Sobre a legislação brasileira, Rafael Barreto explicou que existe uma especificidade pois a definição do crime de tortura pode ser aplicado a pessoas particulares, não somente quanto à ação dos agentes públicos. Ele considerou como "brandas" as penas previstas na norma nacional.

Promovido pelos Centros de Segurança Pública Social (Ceosp) e de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), o curso terá mais duas sessões, dias 25 e 30 de novembro, respectivamente sobre identificação e documentação de indícios de tortura e perícia com indícios de tortura ou maus tratos. A abertura e apresentação do curso foram realizadas pelos coordenadores do Ceosp e Ceaf, promotores de Justiça Luiz Alberto Vasconcelos e Tiago Quadros.

Notícias Externas

CNJ, DEPEN, MJSP, JORNAL E SEAP



O engajamento de toda a sociedade para a superação de desafios estruturais no campo da privação de liberdade envolve também o setor privado e seus braços sociais, fundamentais para a promoção de novas abordagens e dinâmicas a um grupo historicamente invisibilizado. É a partir desse entendimento que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vem trabalhando parcerias com empresas e fundações comprometidas com a ideia de oportunizar novas trajetórias a pessoas que passaram pelo sistema prisional ou socioeducativo.

Essa é a linha de uma parceria iniciada em 2019 com a Fundação Pitágoras e a Kroton Educacional, com ações que levarão cidadania a pessoas privadas de liberdade e egressas, assim como familiares e servidores do sistema prisional. As ações envolvem assistência jurídica gratuita, concessão de bolsas de estudo à distância, doação de livros para unidades prisionais, produção de conteúdo educacional multimídia e conteúdos sobre políticas penais para servidores e gestores públicos.

“Já não é possível abordar a execução penal sem respostas coletivas. A partir do diálogo e da colaboração, o CNJ espera enfrentar as causas desse desarranjo com foco no médio e longo prazo”, avalia o secretário-geral do CNJ, Valter Shuenquener. [Continue lendo](#)



“A experiência do programa Fazendo Justiça tem o objetivo de proporcionar um outro olhar em relação à área prisional. É uma oportunidade única para conhecer e atuar de perto na esfera penal, com acesso à principal instituição pública do sistema judiciário brasileiro e compreender que cada um pode exercitar a cidadania e a responsabilidade social de forma ampla”, avalia Helena Neiva, presidente da Fundação Pitágoras, braço social da Kroton.

Assistência a egressos na prática

Um dos destaques da parceria envolve os Escritórios Sociais, estruturas promovidas pelo CNJ desde 2016 para qualificar o atendimento a pessoas egressas, com os Núcleos de Cidadania e de Clínicas Escolas das instituições de ensino superior. [Continue lendo](#)

Informação para autonomia

Outra ação da parceria é a produção de cartilhas informativas em meio eletrônico com foco nos direitos e deveres das pessoas privadas de liberdade e egressas. Elas darão informações sobre assistência, serviços essenciais de apoio, empregabilidade e cursos disponíveis. Serão produzidas cartilhas especializadas sobre empregabilidade, voltadas tanto à administração penitenciária quanto a empresas, com instruções normativas para estimular a contratação de quem cumpre pena e de quem sai do sistema carcerário.

[Continue lendo](#)

Bolsas de estudo

Em fevereiro deste ano, a parceria entre CNJ, Fundação Pitágoras e Kroton resultou na concessão de bolsas de estudo a pessoas privadas de liberdade de forma piloto no Santa Catarina, Maranhão e Paraná. Os estados foram escolhidos a partir da aferição de critérios objetivos de qualidade institucional de atuação no campo penal. Mesmo com a pandemia, as aulas já foram iniciadas no Paraná e Maranhão, respeitando as normas de segurança e higiene.

[...]

A remição de pena pela leitura, em atendimento à [Recomendação CNJ n. 44/2013](#), é mais um item previsto na parceria com a Fundação Pitágoras, [continue lendo](#)

DEPEN prevê criação de 100 mil vagas no sistema penitenciário brasileiro até 2023

Brasília, 07/10/2020 - Com apoio do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), foram criadas, no primeiro semestre de 2020, 14.632 vagas no sistema penitenciário brasileiro, sendo 14.130 para penitenciárias masculinas e 502 para femininas. O total de recursos da União investidos foi de R\$ 395.015.168,03. De acordo com o planejamento estratégico do Departamento, a meta é a criação média de 25 mil vagas por ano até 2023. Os três estados que mais criaram vagas foram São Paulo com 5376 vagas, Distrito Federal com 3200 vagas e Ceará com 1134 vagas.

Além disso, com o objetivo de facilitar a criação de novas vagas, em setembro, o Ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça, assinou a Portaria Nº 403/2020, que trata dos procedimentos e critérios para análise de objetos referentes a obras e serviços de engenharia submetidos ao Depen com a utilização de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN).

O normativo simplifica os trâmites de aprovação dos projetos e utilização dos recursos do FUNPEN, sem fragilizar as análises realizadas pela equipe de engenheiros e arquitetos do Departamento. A Portaria revoga as notas técnicas sobre os procedimentos anteriores, estabelecendo novos métodos de análise de conformidade. [...]



É atribuição do DEPEN atuar incessantemente com auxílio e apoio às Unidades Federativas, no tocante às demandas de obras prisionais, promovendo oficinas técnicas, capacitações, monitoramentos in loco e contatos constantes com as áreas técnicas de engenharia e arquitetura prisional dos entes federados.

[Continue a leitura.](#)

Brasília, 15/10/2020 - O Departamento Penitenciário Nacional (Depen) lança o levantamento nacional de informações penitenciárias com dados do primeiro semestre de 2020. O número total de presos e monitorados eletronicamente do sistema penitenciário brasileiro é de 759.518. A taxa de aprisionamento caiu no primeiro semestre do ano, em relação a 2019, de 359,40% para 323,04% e o déficit de vagas também caiu. Nesta edição, a novidade são os dados de Unidades de Monitoramento Eletrônico (UME).

No sistema prisional brasileiro, 678.506 estão presos, sem monitoramento eletrônico, 51.897 com monitoramento, 23.563 de Patronato e 5.552 estão sob tutela das Polícias Judiciárias, Batalhões de Polícias e Bombeiros Militares.

Comparando-se ao segundo semestre de 2019, o déficit de vagas no sistema prisional brasileiro diminuiu de 312.925 para 231.768. O crescimento populacional caiu de 1,49% para -10,16%. O painel interativo está dividido em Informações Gerais, Informações Criminais, População Estrangeira, Saúde no Sistema Prisional, Monitoramento Eletrônico, Mulheres e Grupos de Risco e Ações de Reintegração e Assistência Social.

[Veja mais lendo](#)

DEPEN lança dados do SISDEPEN do primeiro semestre de 2020



MJSP lança o 1º Curso sobre o Protocolo Nacional de Investigação e Perícia em Crimes de Feminicídio

Capacitação é destinada aos profissionais da área de segurança pública e tem como objetivo aprimorar investigação de crimes contra a mulher

Brasília, 14/10/2020 – O ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça, participou, na quarta-feira (14), do lançamento do 1º Curso Básico sobre o Protocolo Nacional de Investigação e Perícia em Crimes de Feminicídio. A capacitação, destinada a todos os profissionais do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), tem como objetivo aprimorar investigação de crimes contra a mulher

Sobre o curso

O curso é resultado de uma parceria entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e a Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública (Segen) e contou com a participação e contribuição de representantes da ONU Mulheres e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. O conteúdo, com carga horária de 10 horas/aula, foi elaborado a partir de reuniões, oficinas pedagógicas, pesquisa técnica. A capacitação on-line será oferecido por meio da Plataforma de Ensino a Distância da Segen/MJSP. Serão 4 (quatro) módulos, que além de apresentar um panorama da violência contra mulheres vão abordar bases conceituais sobre sexo, gênero, marcos jurídicos, buscando, dentro da promoção de políticas em segurança pública de proteção à mulher, a importância de uma atuação qualificada que vai desde o registro da ocorrência à conclusão da investigação criminal, com ênfase na preservação de elementos da cena do crime que podem ou não descaracterizar a tipificação. [Saiba mais. Adaptado](#)

André Mendonça destacou, durante a cerimônia de lançamento, a importância do curso. “Hoje, celebramos uma etapa e iniciamos outra, que é a sedimentação do conhecimento. Nossas áreas técnicas estão com a missão, junto aos demais parceiros, de disseminação do curso, e, a partir disso, do conhecimento”, afirmou, ressaltando, ao final, que “o Protocolo não é um papel. É sobretudo um instrumento de mudança de realidade da vida das mulheres no Brasil”. [...]

Durante o lançamento do curso, Anastasia Divinskaya, representante da ONU Mulheres Brasil, ressaltou a importância do Protocolo Nacional de Investigação e Perícia em Crimes de Feminicídio desenvolvido pelo MJSP. “A importância da atenção dada ao feminicídio pelo Brasil é impossível de subestimar. Na ONU Mulheres, reconhecemos esse esforço no País. O lançamento do curso é outro marco notável, porque irá ajudar a mudar as práticas de investigação de crimes, ajudarão a segurança pública a estruturar ações para diminuir a violência contra as mulheres e combater ao feminicídio”, afirmou. [...]



Operações conjuntas entre PF e CGU apontam prejuízos de R\$ 1,1 bi

O ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner Rosário, disse nesta quinta-feira (15) que 67 operações conjuntas realizadas este ano em parceria com a Polícia Federal (PF) indicam que houve um prejuízo estimado de R\$ 1,1 bilhão aos cofres públicos. Segundo ele, entre as operações, 29 tiveram iniciativa na própria CGU, 29 na PF e nove no Ministério Público.

Ao participar da live semanal do presidente Jair Bolsonaro, Rosário afirmou que a controladoria monitora atualmente contratos dos estados, de 279 municípios, o que inclui todas as cidades com mais de 500 mil habitantes e com maior quantidade de recursos, além de todos os contratos do governo federal. "Está no radar. Todos os dias, a gente atualiza os dados."

Ainda segundo o ministro, foram 39 operações conjuntas para apurar o desvio de recursos destinados especificamente ao combate à pandemia de covid-19 e que representam um prejuízo estimado de R\$ 700 milhões. "É pouco perto do quantitativo de recursos repassados, mas a gente está acompanhando com olho atento".

O ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça, também durante a live, explicou que a CGU verifica possíveis indicativos de fraudes, comunica à Polícia Federal e se inicia um processo de análise de tudo o que está acontecendo. "Esses recursos são passados aos estados e a gestão, a responsabilidade pela aplicação desses recursos é dos estados", explicou Mendonça. "Lamentavelmente, autoridades dos estados, segundo apurações e investigações feitas pela Polícia Federal, pela CGU, pelo Ministério Público, com aprovação e acompanhamento do Judiciário, [fazem] aplicação irregular desses recursos".

[Continue a ler](#)



SEAP anuncia retorno das visitas sociais nas unidades prisionais

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (Seap), anuncia o retorno, a partir da próxima segunda-feira (19), das visitas sociais nas unidades prisionais do Estado com a implementação da 4ª Fase do Plano de Retomada das Visitas no sistema penitenciário baiano.

Suspensas desde o mês de março, em razão da pandemia da covid-19, as visitas sociais vão obedecer os protocolos estabelecidos no plano de retomada, com regras e medidas sanitárias específicas, de modo que se mantenha o baixo índice de propagação da covid-19 nas unidades prisionais da Bahia.



O retorno das visitas sociais foi decidido em reunião do Comitê Interinstitucional, mediante avaliação da situação epidemiológica no estado, por meio da decisão do secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização, Nestor Duarte.

[Veja a notícia](#)

Indicações de Leitura

Anuário Brasileiro de Segurança Pública e Cartilha de Segurança Pública – CNMP.



O **Anuário Brasileiro de Segurança Pública** se baseia em informações fornecidas pelas secretarias de segurança pública estaduais, pelo Tesouro Nacional, pelas polícias civis, militares e federal, entre outras fontes oficiais da Segurança Pública. A publicação é uma ferramenta importante para a promoção da transparência e da prestação de contas na área, contribuindo para a melhoria da qualidade dos dados. Além disso, produz conhecimento, incentiva a avaliação de políticas públicas e promove o debate de novos temas na agenda do setor. Trata-se do mais amplo retrato da segurança pública brasileira.

Passados alguns meses muito difíceis nos quais nós, brasileiros e brasileiras, assim como a maior parte da população mundial, vivemos uma rotina muito diferente da sua vida normal, tendo de adotar duras medidas de distanciamento social para evitar a propagação do novo coronavírus, a edição 2020 do Anuário faz um balanço mais amplo acerca dos impactos da pandemia no crime e na violência no Brasil.

São questões de fundo para a análise: as medidas sanitárias contribuíram com aumento da subnotificação de alguns crimes? A menor circulação de pessoas nas cidades reduziu as oportunidades para o cometimento de crimes? Ou ainda: a redução ou o crescimento em diversos indicadores criminais representa o aprofundamento de tendências já em curso e anteriores à 2020?

Neste momento ainda é difícil precisar o que é efeito das medidas de distanciamento social e o que não é. É importante, no entanto, um olhar mais atento a cada um dos principais indicadores criminais aqui reunidos e nos atentarmos para as especificidades de cada Unidade da Federação (UF) e Região.

Ao olharmos retroativamente para o cenário que efetivamente se desenvolveu, podemos perceber que as previsões mais pessimistas não se concretizaram. Porém, infelizmente, é fato que o Brasil perdeu, entre 2019 e 2020, uma grande oportunidade de transformar a tendência de redução das mortes violentas intencionais observada entre 2018 e meados de 2019 em algo permanente e que servisse de estímulo para salvar ainda mais vidas.

O Brasil perdeu-se em múltiplas narrativas políticas em disputa e a população, mais uma vez, está tendo que lidar com os efeitos deletérios e perversos de um modelo de segurança pública obsoleto e que até hoje não foi palco de grandes reformas, mesmo após a Constituição de 1988.

Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>



[Clique aqui para acessar o Anuário Brasileiro de Segurança Pública - 2020.](https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/)

Comissão do Sistema Prisional lança Cartilha de Segurança Pública em sessão Plenária do CNMP



[Clique aqui para ler a Cartilha de Segurança Pública.](#)

A Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do Conselho Nacional do Ministério Público (CSP/CNMP) lançou na terça-feira, 27 de outubro, durante a 16ª Sessão Ordinária de 2020, a Cartilha de Segurança Pública. O estudo busca traçar referências normativas de atuação do Ministério Público no campo da segurança pública.

Durante a sessão, o conselheiro Marcelo Weitzel (foto), presidente da CSP/CNMP, destacou que a Cartilha é lançada para, de maneira dialogada e a partir de uma prospecção que considerou as distintas modelagens Brasil afora, problematizar quais os desafios postos ao Ministério Público no campo das políticas de segurança pública.

Na apresentação da publicação, Weitzel afirma que “a temática da segurança pública é um dos mais importantes desafios postos ao Brasil após a Constituição da República de 1988”. Sobre o papel do Ministério Público, o conselheiro salienta: “(...) amparado nos focos repressivo, social, etário e social, o Ministério Público deve identificar quais de suas ações versam especificamente sobre políticas de segurança pública. E, assim, autorizar ações coordenadas com outros órgãos e articuladas internamente no Ministério Público”.

Weitzel ainda ressalta que a pretensão do material não é afirmar qual a melhor modelagem de atuação no campo da segurança pública, mas frisar a premissa do diálogo democrático, apresentando a CSP/CNMP “como instância de comunicação, articulação do próprio Ministério Público e coordenação com os demais atores a quem também incumbam ações dirigidas ao equacionamento da segurança pública no país”.

A Cartilha está dividida em sete capítulos, nos quais são abordadas, para além de conceitos-chave de política criminal e segurança pública, as diferenças que permeiam a atuação do Ministério Público na indução de políticas públicas de segurança e de políticas de segurança pública; os desafios que a implementação do Sistema Único de Segurança Pública apresentam às instituições ministeriais; e, sobretudo, uma proposta de metodologia para atuação na tutela coletiva da segurança pública.



Foto: Sergio Almeida (Secom/CNMP).

[Notícia Adaptada. Clique aqui para acessá-la.](#)

Expediente

índice

Procuradora-Geral de Justiça

Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CEOSP

Coordenador

Luís Alberto Vasconcelos Pereira

Equipe

Adoniza do Nascimento Dias Gomes – Analista Técnico – Assistente Social

Carollina Aragão Ferreira Binda – Analista Jurídico

Daniele Viana Silva Santos – Estagiária de Serviço Social

Henilda Amaral de Melo – Oficial Administrativo

Juliane Lisboa Bispo – Estagiária de Serviço Social

Kadija Teles Borges – Estagiária de Administração

Pablo Victor Araujo Costa – Estagiário de Direito

Roberto Catai Ferreira Junior – Assistente Técnico - Administrativo

Sandra Maria Brito Silva – Analista Técnico – Assistente Social

 ceosp@mpba.mp.br

71 3103-0381

71 3103-0382

71 3103-0383



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – MPBA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA
SOCIAL - CEOSP

5ª Avenida, nº 750, sala 129, CAB – Salvador, BA – Brasil – CEP 41.745-004



Edições Anteriores
Clique aqui